

Brasil quer salvaguarda contra juro

A proposta será feita aos credores e seu objetivo é evitar flutuações

Nas negociações com os credores externos, com vistas ao refinanciamento plurianual de todo o estoque da dívida, o Brasil terá a preocupação de incluir nos acordos, salvaguardas contra flutuações nas taxas de juros, segundo afirmou, ontem, o ministro do Planejamento, João Sayad.

Para o Ministro da Seplan, as condições de mercado estimulam a viabilidade de uma menor transferência de recursos reais para o exterior, especialmente a redução da taxa de juros internacionais, a estabilização em baixa dos preços do petróleo e o ritmo de crescimento da economia mundial.

OBJETIVO

De acordo com João Sayad, a limitação a 2,5% do PIB das transferências de recursos reais não é uma meta inflexível, mas um objetivo a ser perseguido pelo Governo, no decorrer das negociações que serão conduzidas pelo Banco Central. Essa redução viria através de uma série de pontos a serem abordados, com destaque para uma queda substancial no "spread" (taxa de risco) pago pelo país.

Há, conforme o Ministro do Planejamento, várias alternativas capazes de viabilizar uma certa proteção contra elevações abruptas das taxas de juros, as quais serão examinadas no devido tempo pelas autoridades brasileiras e os credores externos. Sabe-se que uma dessas alternativas seria a definição de uma taxa fixa de juros a partir da qual o diferencial seria capitalizado.

Assim se essa taxa fixa fosse estabelecida em 5% ao ano, o que excedesse desse limite seria remetido ao principal da dívida e renegociado em bases plurianuais. Há dúvidas, no entanto, quanto à aceitação dessa fórmula pelos bancos credores. Daí a cautela com que os ministros da área econômica falam do assunto, preferindo dar ênfase às condições existentes no mercado, como favoráveis a uma redução das transferências líquidas de recursos para o exterior.

VIAGEM

O Ministro do Planejamento insistiu em que, tendo sido exclusivamente político o caráter da viagem do presidente Sarney aos Estados Unidos, não há como contabilizar resultados. De

acordo com Sayad, Sarney foi expor o ponto de vista brasileiro e ouvir o das autoridades norte-americanas, apenas com o propósito de reafirmar o pensamento e a orientação do Brasil a propósito das questões que dizem respeito à sua vida econômica.

Para Sayad, não se deve tirar conclusões apressadas sobre as consequências da viagem presidencial, reiterando que não houve nem haverá mudanças de opinião a respeito de questões como o tratamento da dívida externa, a legislação sobre informática e a recusa à inclusão dos serviços na pauta da reunião de consultas do GATT — Acordo Geral de Tarifas e Comércio — iniciada, ontem, em Punta del Este, no Uruguai.

Sayad falou também sobre a conversão de crédito financeiro em investimento de risco, afirmando que essa prática tem vantagens e desvantagens. Uma das desvantagens é que ela estimula a saída maior de recursos do País, na medida em que troca o pagamento de uma taxa de juros de 6%, que remunerava os empréstimos, por uma alíquota de 12% de remessa de lucros dos investimentos aqui internados.